



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SECIN/COAVO/SEACO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2019

1.0 - Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União (DCONJMU) foram elaboradas tomando por base:

- As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/NBCASP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- As instruções descritas no [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público \(MCASP\) - 8ª edição](#), fundamentado na Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) [nº 6/2018](#), na Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Previdência (SPREV) [nº 7/2018](#) e na Portaria da STN [nº 877/2018](#);
- A estrutura proposta no [Plano de Contas Aplicado ao Setor Público \(PCASP\)](#), consoante os dispositivos constantes da Lei [nº 4.320/1964](#) e da Lei Complementar [nº 101/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e demais normas técnicas aplicáveis; e
- As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), utilizadas de maneira subsidiária e observadas em sua integridade.

As DCONJMU apresentam as informações das Unidades Gestoras integrantes do Órgão 13000 – Justiça Militar da União (JMU), abaixo relacionadas, e comporão o Processo de Contas do Governo, a ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual compreende a Prestação de Contas do Presidente da República, na qualidade de Chefe do Poder Executivo, bem como as Prestações de Contas dos demais Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo a independência constitucional de cada ente, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI):

Unidades Gestoras		Localização
060001	STM	Brasília/DF
060002	8ª CJM	Belém/PA
060003	10ª CJM	Fortaleza/CE
060004	7ª CJM	Recife/PE
060005	6ª CJM	Salvador/BA
060006	4ª CJM	Juiz de Fora/MG
060007	9ª CJM	Campo Grande/MS
060017	5ª CJM	Curitiba/PR
060018	1ª DA 3ª CJM	Porto Alegre/RS
060019	2ª DA 3ª CJM	Bagé/RS
060020	3ª DA 3ª CJM	Santa Maria/RS
060021	12ª CJM	Manaus/AM
060025	Setorial Orçamentária e Financeira	Brasília/DF
060027	Setorial Contábil	Brasília/DF
060028	Foro da 1ª CJM	Rio de Janeiro/RJ
060029	Foro da 2ª CJM	São Paulo/SP
060030	Foro da 11ª CJM	Brasília/DF

O objetivo principal das DCONJMU é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o segundo trimestre de 2019.

Nas DCONJMU, os diversos usuários podem encontrar esclarecimentos sobre a posição e a mutação do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa, os fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Brasileiro, particularizadas pelos dados consolidados das Unidades Gestoras integrantes desta Justiça Especializada.

As estruturas e a composição das DCONJMU estão de acordo com as bases propostas pelas [Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público](#) (NBCASP) e MCASP, sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF); e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

2.0 Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e as políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo PCASP, que nortearam a elaboração das Notas Explicativas.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do [Decreto nº 93.872/1986](#)), é mantida no Banco Central do Brasil (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União. Ela é subdividida em: Conta Única Recursos Tesouro Nacional; Conta Única Recursos Previdenciários e Conta Única Recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com:

- Créditos tributários;
- Créditos não tributários;
- Dívida ativa;
- Transferências concedidas;
- Empréstimos e financiamentos concedidos;
- Adiantamentos; e
- Valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Há também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, de construção ou de produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiver vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do Ativo Imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se esses gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do período.

A avaliação e a mensuração do Ativo mobilizado da JMU têm como base o valor de aquisição ou de construção. As inclusões de eventuais gastos adicionais ou complementares não estão sendo realizadas, pois o Sistema de Controle Patrimonial (LICIMAP) não permite a alteração de valor de aquisição do bem no decorrer da sua vida útil.

Em relação aos bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010, não foram realizadas as reavaliações e as contabilizações dos ajustes ao valor de mercado. Em 2012, foi constituída uma Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial (COPAP), cujos processos de mensuração se encontram pendentes de homologação, para posterior registro no LICIMAP e respectivos lançamentos contábeis.

Em maio de 2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fontes do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN), desenvolvido e de propriedade do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF da 4ª Região), por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, acompanhamento e mensuração do Ativo Imobilizado.

A depreciação é calculada pelo método linear (sistema de cotas constantes). O prazo de vida útil e o valor residual foram estabelecidos pela [Macrofunção SIAFI 02.03.30](#).

Ativo Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. Na JMU, são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida), seguindo os procedimentos estabelecidos pela [Macrofunção SIAFI 02.11.30](#).

A amortização dos itens registrados no Ativo Intangível não está sendo registrada, em virtude da inviabilidade técnica do Sistema de Controle Patrimonial existente no Órgão, o LICIMAP. Com o objetivo de sanar tal ressalva, a Secretaria de Controle Interno (SECIN) demandou à Diretoria de Tecnologia da Informação (DITIN) e à Diretoria de Administração (DIRAD) a aquisição ou desenvolvimento interno de um Sistema de Controle Patrimonial que permita o controle, o acompanhamento e a mensuração dos valores dos bens intangíveis passíveis de amortização.

Com a aquisição do citado Sistema GEAFIN, em maio de 2017, espera-se que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, ao acompanhamento e à mensuração do Ativo Intangível. A implantação do GEAFIN está em execução com a migração e a validação dos dados por parte da DITIN, da DIRAD e da SECIN. Quando o GEAFIN estiver em operacionalização na JMU, a amortização poderá ser realizada.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do Ativo Imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

As informações da depreciação dos bens móveis da JMU são apuradas por meio do LICIMAP, que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

Método das cotas constantes

Utilização da Tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/SUCON/STN/MF), constante no Manual SIAFI, [Macrofunção SIAFI 02.03.30](#) Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da [Portaria Conjunta ME/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014](#).

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos Sistemas Corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais são:

- I - atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II - reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

3.0 Composição dos Principais Itens das Demonstrações

3.1 Balanço Patrimonial

Nota 01 – Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Observa-se que o Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, no valor de R\$ 61.396 mil em 30/6/2019, refere-se aos valores disponíveis para transferências e liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 61.192 mil - e depósitos e cauções recebidos – R\$ 204 mil.

Tabela 01 – Caixa e equivalentes de caixa – Composição

Identificação da Disponibilidade de Caixa	R\$ milhares	
	30/6/2019	31/12/2018
Fonte 100 - Recursos Ordinários	49.756	38.668
Total de Recursos Não Vinculados	49.756	38.668
Fonte 156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	621	365
Fonte 169 - Contribuição Patronal P/Plano de Segurid. Soc.Serv.	4.378	11
Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.803	2.468
Fonte 150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	4.562	4.602
Fonte 300 - Créditos do Tesouro de Exercício Anterior	--	42
Fonte 350 - Créditos Extraordinários	72	72
Total dos Recursos Vinculados	11.436	7.560

Total da Disponibilidade de Caixa	61.192	46.228
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	204	200
Caixa e Equivalente de Caixa Nacional	61.396	46.428

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota 02 – Ativo Circulante – Demais créditos e valores a curto prazo

Composto por adiantamentos concedidos a pessoal, suprimentos de fundos e créditos a receber.

Os adiantamentos concedidos a pessoal são oriundos dos registros da folha de pagamento de servidores e magistrados, cuja conciliação para ajustes e/ou baixas é realizada pela Diretoria de Pessoal (DIPES), por meio do Sistema de Recursos Humanos (SRH), utilizado na elaboração da folha de pagamento.

Tabela 02 – Demais créditos e valores a curto prazo – Composição

	R\$ milhares		
	30/6/2019	31/12/2018	Varição
Outros Créditos a Receber - Adiantamento - TED	6.684	--	6.684
Adiantamentos concedidos a pessoal	1.588	5.341	(3.753)
- 13º salário	--	2.511	(2.511)
- 1/3 de férias	1.538	2.152	(614)
- Salários e ordenados	50	678	(628)
Suprimento de fundos	29	1	28
Total	8.301	5.342	2.959

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

A redução de R\$ 2.511 mil de direitos relacionados ao 13º salário deve-se ao novo critério contábil adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) mediante a [Macrofunção SIAFI 02.11.42 Folha de Pagamento](#), a qual estabelece a confrontação mensal entre os saldos dos adiantamentos realizados (Adiantamentos – 13º Salário) e do passivo (13º Salário a Pagar), devendo apresentar saldo apenas em um deles.

A redução nos saldos de adiantamento de 1/3 de férias, no valor de R\$ 614 mil, e de salários e ordenados, no valor de R\$ 628 mil, ocorre por motivo de sazonalidade, principalmente no final de cada exercício financeiro. As reduções significativas, observadas no período, decorrem da fruição de férias e antecipações salariais realizadas em janeiro/2019, cujos adiantamentos ocorreram na folha de pagamento de dezembro/2018.

O aumento de R\$ 6.684 mil no Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada (TED) deve-se à nova metodologia da STN, responsável por registrar todas as descentralizações financeiras realizadas para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora. Os Órgãos Públicos parceiros são: Senado Federal (SF), Fundação Universidade de Brasília (FUB) e Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército Brasileiro, conforme descrito na Tabela a seguir:

Tabela 03 – Outros créditos a receber – Adiantamento – TED - Composição

	R\$ milhares
	30/06/2019
Comando do Exército – Departamento de Engenharia e Construção	4.839
Fundação Universidade de Brasília	1.718
Fundação Universidade de Brasília	90
Senado Federal	37
Total	6.684

Fonte: SIAFI 2019

Nota 03 – Ativo Circulante – Estoques

Em 30/6/2019, a JMU possuía o montante de R\$ 763 mil em estoque de material de consumo e mercadorias para doação (R\$ 899 mil em 31/12/2018).

A JMU promoveu, em novembro de 2018, a migração do controle de material em estoque para o Sistema do GEAFIN. Esta Justiça Especializada passou a adotar o custo médio ponderado como método de mensuração do material em estoque, em substituição ao Sistema PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair), disponível no Sistema LICIMAP, utilizado até outubro/2018.

As Unidades Gestoras da JMU, à exceção do Superior Tribunal Militar (STM - UG 060001), não registram em estoque os itens de almoxarifado e material de consumo, tendo em vista a baixa materialidade, quantidade e relevância, comparativamente ao custo-benefício da manutenção de controle de estoque e respectivos relatórios de almoxarifado. Portanto, as entradas são registradas diretamente em contas de VPD como consumo imediato.

Nota 04 – Ativo Não Circulante – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 30/6/2019, a JMU possuía o montante de R\$ 463 mil referente às contribuições patronais antecipadas à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp-Jud), realizadas em 27/11/2013, acrescidas de atualização monetária. Trata-se de aporte inicial realizado pelos órgãos patrocinadores quando da criação da Funpresp-Jud, a título de contribuições futuras. Tais valores são atualizados mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), devendo ser compensados a partir do ano subsequente ao ano em que o Plano atingir o Ponto de Equilíbrio Operacional.

Compõem, ainda, o saldo dos Demais Créditos os valores referentes aos depósitos judiciais efetuados (R\$ 46 mil).

Tabela 04 – Demais créditos e valores a longo prazo – Composição

R\$
milhares

Ativo Realizável a Longo Prazo	30/06/2019	31/12/2018	Varição
Adiantamento de contribuições futuras - Funpresp Jud	463	453	10
Depósitos judiciais	46	46	-
Total	509	499	4

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 05 – Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens Móveis e Depreciação

Em 30/6/2019, a JMU possuía o montante bruto de R\$ 60.774 mil relativos ao valor dos bens móveis (R\$ 61.710 mil em 31/12/2018), dos quais se deduz o valor de R\$ 24.544 mil relativos à depreciação acumulada (R\$ 22.644 mil em 31/12/2018), gerando o valor contábil líquido de R\$ 36.230 mil em bens móveis (R\$ 39.066 mil em 31/12/2018).

Devido à renovação da frota de veículos de transporte institucional dos magistrados das Unidades Gestoras da JMU, ocorrida ao final do exercício 2018, foram realizadas, em 2019, doações e cessões de veículos ociosos para terceiros, no valor de R\$ 565 mil, na forma da legislação vigente. Foram regularizadas, ainda, doações realizadas em exercícios anteriores que não haviam sido registradas contabilmente, com impacto em conta de Resultado de Exercícios Anteriores (Nota 12).

O decréscimo de R\$ 936 mil no custo de aquisição de bens móveis refere-se à incorporação/desincorporação dos seguintes itens:

Tabela 05 – Composição da Variação dos Bens Móveis

	30/6/2019	31/12/2018	Varição
Veículos	10.467	11.104	(637)
Bens de Informática	22.023	22.289	(266)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.352	9.534	(182)
Bens Móveis em Almoarifado	8	77	(69)
Demais Bens Móveis	1.132	1.100	32
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.420	3.360	60
Móveis e Utensílios	14.372	14.246	126
Total	60.774	61.710	(936)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 06 - Ativo Circulante - Imobilizado - Bens Imóveis e Depreciação

A variação de R\$ 230 mil em Obras em Andamento está relacionada aos gastos com conservação e com reparos em imóvel funcional, à modernização das instalações de elevador na Auditoria da 8ª CJM e a estudos e a projetos para a nova Sede do STM.

Os registros da depreciação dos bens imóveis são realizados diretamente pela STN em parceria com a SPU. Referem-se a bens de uso especial e a obras em andamento, utilizados para a realização das atividades da JMU, bem como a imóveis funcionais para utilização por servidores e magistrados, compostos pelos seguintes itens:

Tabela 06 - Bens Imóveis - Composição

Bens Imóveis	30/6/2019	31/12/2018	Varição
Edifícios	51.459	51.459	--
Imóveis Residenciais / Comerciais	33.841	33.841	--
Obras em Andamento	20.236	20.006	230
Terrenos/Glebas	2.608	2.608	--
Armazéns/Galpões	1.853	1.853	--
Estudos e Projetos	1.462	1.452	10
Instalações	911	849	62
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	100	100	--
Edifícios Não Registrados no SPIUNET	85	85	--
Salas e Escritórios	2	--	2
Subtotal	112.557	112.253	304
Depreciação Acumulada	(6.456)	(5.002)	(1.454)
Total	106.101	107.251	(1.150)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 07 – Ativo Não Circulante – Intangível

Registra os softwares adquiridos de terceiros, licenças e direitos de uso, e os aplicativos desenvolvidos internamente para utilização do Órgão, conforme o Procedimento SIAFI 02.11.30 – Despesas com TI.

Tabela 07 - Ativo Intangível - Composição

Bens Imóveis	30/6/2019	31/12/2018	Varição
Softwares	5.643	5.497	146
- Softwares com vida útil definida	5.627	5.481	146
- Softwares com vida útil indefinida	16	16	-
Marcas, direitos e patentes industriais	227	227	-
Total	5.870	5.724	146

Nota 08 – Passivo Circulante - Pessoal a pagar

Em 30/6/2019, a JMU possuía o montante de R\$ 143 mil em obrigações trabalhistas, sendo R\$ 119 mil referentes à provisão relativa ao duodécimo do décimo terceiro salário e R\$ 24 mil concernentes às férias de servidores e de magistrados.

A JMU adota o novo critério contábil para obrigações com pessoal a pagar, estabelecido pela STN, por meio da [Macrofunção SIAFI 02.11.42 Folha de Pagamento](#). Para os órgãos públicos que realizam o pagamento da folha no próprio mês, como é o caso da JMU, tais obrigações são reduzidas significativamente.

Trata-se de metodologia de cálculo que, ao final de cada exercício financeiro, devem ser apurados os saldos resultantes entre as provisões registradas e os adiantamentos concedidos de cada exercício, a fim de o demonstrativo contábil evidenciar apenas os saldos de provisões a pagar ou de adiantamento a receber.

O Sistema de Administração de Pessoal utilizado pela JMU não está preparado para calcular as provisões da folha de pagamento, sendo sua mensuração e registro efetuados à base de 1/12 da estimativa anual da Folha de Pessoal do Órgão.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fontes do Sistema de Recursos Humanos (SERH), desenvolvido e de propriedade do TRF da 4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias à mensuração da provisão da folha de pagamento.

Nota 09 - Passivo Circulante – Fornecedores e contas a pagar nacionais

Refere-se aos valores a pagar aos credores decorrentes da prestação de serviços e do fornecimento de bens e de materiais.

Tabela 08 - Contas a Pagar Credores Nacionais

	R\$ milhares		
	30/6/2019	31/12/2018	Varição
Fornecedores a Pagar	342	138	204
Total	342	138	204

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 10 – Passivo Circulante – Valores Restituíveis

Em 30/6/2019, o valor de R\$ 409 mil relaciona-se às apropriações oriundas de retenção de valores devidos a fornecedores e aos prestadores de serviços, bem como aos depósitos e às cauções retidos sobre fornecedores por questões contratuais.

Tabela 09 - Passivo Circulante – Demais obrigações a curto prazo – Valores Restituíveis

	R\$ milhares		
	30/6/2019	31/12/2018	Varição
Depósitos Retidos de Fornecedores	129	171	(42)
Depósitos e Cauções Recebidos	204	200	4
Outros	76	75	1
Total	409	446	(37)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 11 - Passivo não Circulante – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas

Correspondem ao reconhecimento de passivos decorrentes de decisões administrativas referentes a despesas com pessoal. Esses passivos, reconhecidos pela Entidade como provisões para perdas judiciais e administrativas de longo prazo, totalizavam o valor de R\$ 279.515 mil em 30/6/2019. Neste exercício de 2019, não foram realizadas atualizações monetárias e/ou recálculos dos valores desses passivos.

Tabela 10 - Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – Composição

	R\$ milhares		
Passivo Longo Prazo	30/6/2019	31/12/2018	Varição
VPI (13,23%)	219.879	219.879	-
Complemento PAE	16.123	16.123	-
VPNI – Quintos	25.622	25.622	-
ATS Magistrados	287	287	-
URV (11,98%)	5.349	5.349	-
Abono Variável - Magistrados	562	562	-
Outros Passivos	11.693	11.693	-
Total	279.515,00	279.515,00	-

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 12 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

A JMU possuía, em 30/6/2019, resultados acumulados (déficit) no valor de R\$ 61.184 mil, composto pela soma do resultado do exercício de 2019 (superávit de R\$ 14.480 mil) ao resultado de exercícios anteriores (déficit de R\$ 75.123 mil), e ainda, aos ajustes de exercícios anteriores (déficit de R\$ 541 mil).

No Segundo Trimestre de 2019, foram efetuados diversos ajustes em contas contábeis de bens móveis, contabilizados como Ajustes de Exercícios Anteriores, tais como: baixas de bens decorrentes de doações, ajustes de saldos de depreciação acumulada, dentre outros. Essas regularizações de saldos patrimoniais tiveram como um dos objetivos a realização da migração do antigo Sistema de controle

patrimonial, o LICIMAP, para o novo Sistema, o GEAFIN, com previsão de término das fases de implantação, em toda a JMU, até o final do exercício de 2020.

Apesar de as notas explicativas em tela se referirem ao Segundo Trimestre de 2019, informa-se que a JMU, a partir de 1º/7/2019, regularizou a maior parte desses saldos, estando em período de transição para os ajustes de pequenas divergências residuais.

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 13 - Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da JMU acumulado até o Segundo Trimestre de 2019 totaliza R\$ 14.480 mil, representando um aumento de R\$ 3.443 mil (31%) em relação ao mesmo período de 2018 (superávit de R\$ 11.037 mil), conforme tabela a seguir:

Tabela 11 - Resultado Patrimonial

R\$ milhares			
Resultado Patrimonial	30/6/2019	30/6/2018	Variação
Variações Patrimoniais Aumentativas	554.704	509.953	44.751
Variações Patrimoniais Diminutivas	540.224	498.916	41.308
Resultado Patrimonial do Período	14.480	11.037	3.443

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Conforme demonstrado na Tabela seguinte, os principais motivos para o aumento do resultado patrimonial foram os acréscimos nas Transferências e nas Delegações recebidas, no valor de R\$ 44.435 mil, e na Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, de R\$ 6.276 mil, assim como o decréscimo em Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, no valor de R\$ 1.596 a menor, em relação ao mesmo período do exercício anterior:

Tabela 12 - Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

R\$ milhares			
Variações Patrimoniais Aumentativas	30/6/2019	30/6/2018	Variação
Transferências e delegações recebidas	546.981	502.546	44.435
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	15	6.174	-6.159
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	6.684	408	6.276
Contribuições	645	540	105
Outras variações patrimoniais aumentativas	368	285	83
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	11	-	11
Total	554.704	509.953	44.751
Variações Patrimoniais Diminutivas	30/6/2019	30/6/2018	Variação
Transferências e delegações concedidas	265.518	239.535	25.983
Pessoal e encargos	120.830	108.882	11.948
Benefícios previdenciários e assistenciais	113.331	108.068	5.263
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	39.698	41.294	-1.596
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	254	574	-320
Tributárias	235	220	15
Outras variações patrimoniais diminutivas	316	289	27
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	42	54	-12
Total	540.224	498.916	41.308
Resultado Patrimonial do Período	14.480	11.037	3.443

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 14 - Variação Patrimonial Aumentativa – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

A variação negativa no valor de R\$ 6.159 mil corresponde à atipicidade da arrecadação no exercício de 2018, pois nesse período a JMU realizou concurso público com o fim de provimento de vagas e de formação de cadastro reserva para os cargos de Analista e Técnico Judiciários, auferindo receitas com as taxas de inscrição.

Nota 15 - Variação Patrimonial Aumentativa – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2019, a STN adotou nova política contábil para reconhecimento do direito dos recursos financeiros transferidos por meio do Termo de Descentralização (TED), que se encontram vigentes ou ainda não tiveram suas contas prestadas ao Órgão transferidor.

O montante no valor de R\$ 6.684 mil resulta do reconhecimento de parcerias firmadas entre a JMU e órgãos da Administração Pública Federal.

Nota 16 - Pessoal e Encargos Sociais

No grupo de despesas com pessoal e encargos sociais, ocorreu um aumento de 10% - R\$ 11.949 mil - em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esses saldos são compostos, principalmente, pelos vencimentos e pelas gratificações de natureza salarial decorrente, em especial, da implantação da última parcela do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela [Lei nº 13.317/2016](#).

Tabela 13 - Pessoal e Encargos Sociais

R\$ milhares

--	--	--	--

	30/6/2019	30/6/2018	Varição
Remuneração a Pessoal	97.868	86.327	11.541
Encargos Patronais	15.454	14.167	1.287
Benefícios a Pessoal	7.479	8.044	(565)
Outras VPD – Pessoal e Encargos	29	344	(315)
Total	120.830	108.882	11.949

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota - 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O referido aumento, disposto na nota 16, causa reflexo também nos benefícios de aposentadorias e reformas, em razão da paridade entre servidores ativos e inativos, a que tem direito os servidores empossados até 2004, de acordo com a Tabela seguinte:

Tabela 14 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

R\$ milhares

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30/6/2019	30/6/2018	Varição
Aposentadorias e Reformas	69.309	68.564	745
Pensões	43.839	39.451	4.387
Outros Benef. Previdenciários e Assistenciais	183	53	130
Total	113.331	108.068	5.262

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 18 - Variação Patrimonial Diminutiva – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A variação monetária dos valores reconhecidos como desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos (Tabela 14) deve-se à essência dos registros serem situações atípicas, como em casos de diminuição do patrimônio pela baixa de material permanente, identificada em grande parte do saldo dessa conta.

De acordo com o [Manual de Administração do Patrimônio e do Material da JMU](#), periodicamente, é realizado o levantamento de bens suscetíveis de desfazimento para posterior avaliação e destinação.

3.3 Balanço Orçamentário

Nota - 19 - Previsão Inicial e Dotação Inicial

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior da JMU apresenta-se de forma não consolidada com o Balanço Geral da União (BGU). Sendo assim, evidencia-se um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir como finalidade a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

Dessa forma, as atividades finalísticas da JMU são custeadas pela União mediante descentralização financeira, proveniente de fontes de recursos ordinários do Tesouro Nacional. Esse fato é evidenciado no Balanço Financeiro.

Tabela 15 - Orçamento Aprovado 2019 – Composição

R\$ milhares

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial
Receitas Correntes	632	Despesas Correntes	576.894
Receita Patrimonial	137	Pessoal e Encargos Sociais	465.452
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		Juros e encargos da dívida	--
Receitas de Serviços	35	Outras Despesas Correntes	111.442
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		Despesas de Capital	5.698
Outras Receitas Correntes	460	Investimentos	5.698
		Reserva de Contingência	11.021
Total das Receitas	632	Total das Despesas	593.613

Fonte: SIAFI 2019

Nota - 20 - Execução Completa das Despesas Orçamentárias

A JMU, no Segundo Trimestre de 2019, comprometeu 49,8% (R\$ 286.673 mil) do seu orçamento corrente (R\$ 575.618 mil). Dos empenhos pactuados, 77,5 % (R\$ 222.210 mil) correspondem às despesas com pessoal e encargos sociais e 22,5 % (R\$ 64.463 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades.

No tocante ao orçamento de capital atualizado, R\$ 6.974 mil foram contratados até o presente momento, 44% (R\$ 3.073 mil) com investimentos para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Em relação às reservas de contingência, que tem por objetivo sanar dívidas futuras, prováveis e possíveis de acontecerem, todavia incertas, até o presente momento encontram-se autorizadas (R\$ 11.021 mil).

Se comparada a diferença da dotação atualizada (R\$ 593.613 mil) com o saldo da dotação (R\$ 303.867 mil), tem-se o valor de R\$ 289.746 mil, ou seja, 49% das despesas dotadas na JMU foram executadas (empenhadas) até o término do Segundo Trimestre de 2019.

Tabela 16 - Execução Completa da Despesa Orçamentária

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	Inicial (a)	Atualizada	Empenhada (c)	Liquidada (d)	Paga (e)	Saldo (b-c)
Despesas Correntes	576.894	575.618	286.673	260.108	259.714	288.945
Pessoal e Encargos Sociais	465.452	465.452	222.210	221.112	221.068	243.242

Outras Despesas Correntes	111.442	110.166	64.463	38.996	38.646	45.703
Despesas de Capital	5.698	6.974	3.073	309	304	3.901
Investimentos	5.698	6.974	3.073	309	304	3.901
Reserva de Contingência	11.021	11.021	-	-	-	11.021
Total	593.613	593.613	289.746	260.417	260.018	303.867

Fonte: SIAFI 2019

Nota - 21 - Fases da execução das Despesas Orçamentárias

Das despesas correntes liquidadas, 99% que equivale ao valor de R\$ 259.714 mil foram pagas, enquanto que das despesas de capital liquidadas, 98%, ou seja, R\$ 304 mil foram pagas.

Resta um saldo de 90% (R\$ 2.769 mil) a ser liquidado e pago com a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Tabela 17 - Fases da execução das Despesas Orçamentárias

	R\$ milhares			
	Empenhada (a)	Liquidada (b)	Paga (c)	Saldo (a-c)
Despesas Correntes	286.673	260.108	259.714	26.959
Pessoal e Encargos Sociais	222.210	221.112	221.068	1.142
Outras Despesas Correntes	64.463	38.996	38.646	25.817
Despesas de Capital	3.073	309	304	2.769
Investimentos	3.073	309	304	2.769
Total	289.746	260.417	260.018	29.728

Fonte: SIAFI 2019

Nota - 22 - Execução dos Restos a Pagar - Não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos em 2018 e anos anteriores, 57% (R\$ 16.485 mil) fazem referência a despesas com pessoal, 33%, a outras despesas correntes (R\$ 9.504 mil), e 10%, despesas de capital com investimentos (R\$ 2.728 mil).

Foram pagos, no Segundo Trimestre de 2019, em torno de 27% (R\$ 7.890 mil) relativos aos restos a pagar não processados da JMU. Desses restos a pagar não processados pagos até o momento, 65% (R\$ 5.149 mil) referem-se a outras despesas correntes, que devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram liquidadas, ou seja, deixaram de ser concluídas em 2018.

O valor de R\$ 19.290 mil, a ser executado de restos a pagar não processados, compromete os limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a [Emenda Constitucional nº 95/2016](#).

Tabela 18 - Restos a Pagar Não processados – Composição 2019

	R\$ milhares				
Despesas Orçamentárias	Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)
Despesas Correntes	25.989	7.037	7.022	1.213	17.754
Pessoal e Encargos Sociais	16.485	1.873	1.873		14.612
Outras Despesas Correntes	9.504	5.164	5.149	1.213	3.142
Despesas de Capital	2.728	868	868	-	1.536
Investimentos	2.728	868	868		1.536
Total	28.717	7.905	7.890	1.537	19.290

Fonte: SIAFI 2019

Nota - 23 - Execução dos Restos a Pagar – Processados (RPP)

Do total de restos a pagar processados inscritos em 2018 e anos anteriores, 12% (R\$ 45 mil) fazem referência a despesas com pessoal, 88%, a outras despesas correntes (R\$ 327 mil).

Foram pagos até o final do Segundo Trimestre de 2019 em torno de 53% (R\$ 198 mil) referentes aos restos a pagar processados da JMU. Desses restos a pagar processados pagos, 100% (R\$ 198 mil) correspondem a outras despesas correntes que, devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram pagas em 2018.

O valor de R\$ 174 mil, a serem pagos, comprometem os limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a [Emenda Constitucional nº 95/2016](#).

Tabela 19 - Restos a Pagar processados – Composição de 2019

	R\$ milhares		
Despesas Orçamentárias	Inscritos (a)	Pagos (b)	Saldo (a-b)
Despesas Correntes	372	198	174
Pessoal e Encargos Sociais	45	-	45
Outras Despesas Correntes	327	198	129
Total	372	198	174

Fonte: SIAFI 2019

3.4 - Balanço Financeiro

Nota - 24 - Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da JMU no período de janeiro a junho/2019 foi de R\$ 14.967 mil (R\$ 22.857 mil no mesmo período do exercício anterior), conforme a Tabela a seguir:

Tabela 20 - Resultado Financeiro – Composição

	2019	2018	AH
Receitas Orçamentárias	164	6.368	(97,4%)
Despesas Orçamentárias	(289.746)	(262.039)	10,6%
	(289.582)	(255.671)	13,3%
Transferências Financeiras Recebidas	545.134	498.389	9,4%
Transferências Financeiras Concedidas	(263.049)	(239.407)	9,9%
	282.085	258.982	8,9%
Recebimentos Extraorçamentários	30.625	30.517	0,4%
Pagamentos Extraorçamentários	(8.161)	(10.971)	(25,6%)
	22.464	19.546	14,9%
Resultado Financeiro do Exercício	14.967	22.857	(34,5%)

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota - 25 - Receitas Orçamentárias

Os recursos relativos a receitas orçamentárias da JMU em 2019 (R\$ 164 mil) tiveram redução em relação ao valor auferido no ano anterior (R\$ 6.368 mil), em virtude do recebimento de taxas de inscrição para o concurso de provimento de vagas e de formação de cadastro reserva para os cargos de Técnico e Analista Judiciários, realizado em 2018.

Nota - 26 - Despesas Orçamentárias

As fontes de recursos vinculadas determinam a destinação dos recursos, de acordo com vinculações legais, desde a arrecadação da receita. As fontes de recursos ordinárias podem ser utilizadas para qualquer finalidade, tais como: pessoal, manutenção, investimentos e também para complementar as despesas em áreas nas quais a arrecadação em fontes vinculadas não seja suficiente.

Em 2019, as despesas orçamentárias vinculadas atingiram o montante de R\$ 113.502 mil (R\$ 67.938 mil em 2018), representadas, principalmente, pelos gastos com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no valor de R\$ 113.157 mil (R\$ 67.525 mil em 2018). Já as despesas orçamentárias ordinárias somaram R\$ 176.244 mil em 2019 (R\$ 194.101 mil em 2018), apresentando redução de R\$ 17.857 mil, quando comparados os dois períodos, conforme Tabela a seguir:

Tabela 21 - Despesas Orçamentárias - Composição

	2019	2018	AH
Despesas Orçamentárias Ordinárias	176.244	194.101	(9,2%)
Despesas Orçamentárias Vinculadas	113.502	67.938	67,1%
Previdência Social (RPPS)	113.157	62.525	81,0%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	345	5.413	(93,6%)
TOTAL	289.746	262.039	10,6%

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

As despesas vinculadas com a seguridade social sofreram redução em 2018, devido a mudanças na operacionalização do detalhamento da fonte de recursos realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2018, relacionadas à redução do repasse de recursos do orçamento de fontes vinculadas (0156 e 0169) e ao aumento de repasse em fonte ordinária (0100) para pagamento de despesas com inativos e pensionistas.

Nota - 27 - Transferências Financeiras Recebidas

A descentralização de recursos financeiros acontece por meio de cota transferida da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), Órgão central de programação financeira da STN, para a Setorial Financeira da JMU, que está localizada na Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI). Por sua vez, essa Diretoria descentraliza os recursos financeiros recebidos, mediante sub-repasse, às Unidades Gestoras Executoras do orçamento.

A Cota Recebida em 2019, no valor de R\$ 283.585 mil, corresponde a um acréscimo de R\$ 24.016 mil (9,3%) em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 259.569 mil). Desse montante, foram repassados às Unidades Gestoras Executoras R\$ 261.542 mil, o que representa 92,2% do valor da cota recebida da COFIN/STN.

O montante do sub-repasse transferido às Unidades Gestoras Executoras está contemplado na cota recebida, fazendo com que esse valor seja apresentado em duplicidade, quando extraído o Demonstrativo Balanço Financeiro do SIAFI. Ao se verificar os demonstrativos consolidados, constata-se a compensação dessa quantia pelas transferências financeiras concedidas.

As Transferências Financeiras Independentes da Execução Orçamentária sofreram redução no valor de R\$ 1.772 mil em relação ao período anterior, visto que em maio de 2018, a JMU recebeu transferência financeira para atender a restos a pagar concernente à folha de pagamento no valor de R\$ 1.778 mil.

Tabela 22 - Transferências Financeiras Recebidas – Composição

R\$ milhares

	2019	2018	AH
Resultantes da Execução Orçamentária	545.128	496.611	9,8%
Cota Recebida	283.585	259.569	9,3%
Repasso Recebido	1	1	0,0%
Sub-repasso Recebido	261.542	237.041	10,3%
Independentes da Execução Orçamentária	6	1.778	-99,7%
TOTAL	545.134	498.389	9,4%

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota - 28 - Transferências Financeiras Concedidas

Do montante de Transferências Financeiras Concedidas resultantes da Execução Orçamentária da JMU no exercício financeiro de 2019, o valor de R\$ 261.542 mil corresponde à quantia descentralizada para as Unidades Gestoras Executoras da JMU (R\$ 237.041 mil em 2018).

Tabela 23 - Transferências Financeiras Concedidas

R\$ milhares

	2019	2018	AH
Resultantes da Execução Orçamentária	262.219	237.046	10,6%
Repasso Recebido	677	5	13.440,0%
Sub-repasso Recebido	261.542	237.041	10,3%
Independentes da Execução Orçamentária	830	2.361	(64,8%)
TOTAL	263.049	239.407	9,9%

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota - 29 - Recebimentos Extraorçamentários

A inscrição de restos a pagar não processados relativos às despesas empenhadas e não liquidadas até o último dia do exercício financeiro foi de R\$ 29.329 mil, representando acréscimo de R\$ 4.071 mil em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 25.258 mil).

Outros recebimentos extraorçamentários, no valor de R\$ 824 mil (R\$ 4.683 mil em 2018), referem-se à regularização de saldo invertido decorrente de procedimentos de reclassificação de pagamentos entre notas de empenhos de exercícios diferentes.

Tabela 24 - Recebimentos Extraorçamentários - Composição

R\$ milhares

	2019	2018	AH
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	398	276	44,2%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	29.329	25.258	16,1%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	74	300	(75,3%)
Outros Recebimentos Extraorçamentários	824	4.683	(82,4%)
Total	30.625	30.517	0,4%

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota - 30 - Pagamentos extraorçamentários

O pagamento de restos a pagar não processados no exercício financeiro de 2019 foi de R\$ 10.545 mil, representando aumento de R\$ 2.656 mil em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 7.889 mil).

Tabela 25 - Pagamentos Extraorçamentários - Composição

R\$ milhares

	2019	2018	AH
Pagamento dos restos a pagar processados	198	84	135,7%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.889	10.545	(25,2%)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	70	342	(79,5%)
Outros pagamentos extraorçamentários	4	--	--
Total	8.161	10.971	(25,6%)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Tabela 26 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados – Por Grupo de Despesa

R\$ milhares

	2019	2018
1 – Pessoal e encargos sociais	1.873	1.800
3 – Outras despesas correntes	5.149	7.639
4 – Investimentos	867	1.106
Total	7.889	10.545

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

3.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Nota 31 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

As receitas derivadas e originárias diminuíram, significativamente, em R\$ 6.203 mil no exercício de 2019, devido as receitas auferidas com taxas de inscrição, para o concurso de ingresso na JMU, serem contabilizadas no exercício de 2018.

Quanto ao desembolso nas atividades operacionais, as despesas com pessoal aumentaram em R\$ 44.415 mil em relação ao mesmo período do ano anterior, em função dos vencimentos e das gratificações de natureza salarial decorrentes, em especial, da implantação da última parcela do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela [Lei nº 13.317/2016](#), assim também disposto na Nota 16. Logo, a diminuição dos ingressos e os aumentos dos desembolsos nas atividades operacionais acarretaram um fluxo líquido de caixa negativo no valor de R\$ 7.959 mil.

Tabela 27 - Fluxo de caixa das atividades operacionais

	R\$ milhares		
	30/06/2019	30/06/2018	Varição
Ingressos	546.196	509.740	36.456
Receitas Derivadas e Originárias	164	6.368	6.203
Outros Ingressos Operacionais	546.032	503.372	42.660
Desembolsos	-530.057	-485.642	-44.415
Pessoal e Demais Despesas	-251.910	-231.515	-20.395
Transferências Concedidas	-15.024	-14.378	-646
Outros Desembolsos Operacionais	-263.122	-239.748	-23.374
TOTAL	16.139	24.098	-7.959
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Ingressos	-	-	-
Desembolsos	-1.172	-1.241	69
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.051	-1.239	188
Outros Desembolsos e Investimentos	-120	-1	-119
TOTAL	-1.172	-1.241	69
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	-
TOTAL	-	-	-
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	14.967	22.857	-7.890
Caixa e equivalentes de caixa inicial	46.429	51.391	-4.962
Caixa e equivalentes de caixa final	61.396	74.248	-12.852

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Brasília/DF,

BOLIVAR ALVES DOS SANTOS
Analista Judiciário
Contador – CRC DF-021963/O-0

JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário
Contadora – CRC DF-024589/O-9

GUTEMBERG DA SILVA OLIVEIRA
Analista Judiciário
Contador – CRC DF-021798/O-5

PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA
Supervisor da SEACO, em exercício
Contador - CRC DF 023894/O-0

1. De acordo.
2. À consideração Superior.

DALILA MELO
Coordenadora da COAVO, em exercício

1. De acordo.
2. Encaminhe-se à STN e à Diretoria - Geral (DIREG) para conhecimento e composição do Processo de Prestação de Contas, que será enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) em 2020.
3. Publique-se no Portal da Transparência do STM/JMU.

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**, em 25/07/2019, às 16:39 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DALILA MELO, COORDENADOR(A) DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO, em exercício**, em 25/07/2019, às 16:39 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA, SUPERVISOR(A) DA SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL, em exercício**, em 25/07/2019, às 16:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 25/07/2019, às 16:45 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUTEMBERG DA SILVA OLIVEIRA, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 25/07/2019, às 16:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BOLIVAR ALVES DOS SANTOS, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 25/07/2019, às 19:10 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1497077** e o código CRC **D2F03718**.